

A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma visão geral da investigação existente sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, particularmente desde a democratização em 1974, e indica áreas de relevância para a investigação futura. Existem já alguns estudos valiosos sobre o comportamento eleitoral que nos proporcionam informações úteis. Contudo, a pesquisa sobre o comportamento eleitoral em Portugal continua a ser dispersa, e não sistemática, o que dificulta a sua aplicabilidade a outros períodos e a outros países. Assim, a sistematização visada pelo projecto «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses» é não apenas oportuna, como vital. Aprofundará o nosso entendimento de fenómenos relacionados com o comportamento eleitoral dos portugueses, iluminando aspectos que a investigação existente não conseguiu esclarecer (frequentemente devido à falta de dados), elucidando outros que continuam a ser controversos na literatura e pondo em destaque «novos» fenómenos, sejam eles realmente recentes ou simplesmente não identificados até ao momento.

O presente artigo começa por investigar os dados existentes sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, utilizando dados de nível individual e agregado, fornecendo uma perspectiva geral mais alargada das suas conclusões à luz do contexto institucional e partidário de Portugal¹.

* St. Antony's College, Universidade de Oxford, Reino Unido.

¹ Não abordaremos directamente uma das dimensões da investigação existente, nomeadamente a participação eleitoral, já que esta é examinada separadamente nesta conferência. Para uma bibliografia recente sobre o abstencionismo em Portugal, v. Freire (2000), Soares e Evaristo (2000) e Magalhães (2001).

Partindo desta perspectiva geral, consideraremos de seguida as questões levantadas pela investigação existente que análises futuras poderão ajudar a compreender. A estas somar-se-ão questões não directamente lançadas ou avaliadas pela investigação existente, mas sugeridas por estudos da política portuguesa e/ou pesquisas comparativas, como o possível impacto das eleições presidenciais sobre as opções intrabloco ao nível legislativo.

OS ESTUDOS ELEITORAIS EM PORTUGAL: UMA HERANÇA FRAGMENTÁRIA

Em Portugal, os estudos do comportamento eleitoral e das atitudes políticas são relativamente recentes, datando em grande parte do período posterior à democratização de 1974, se bem que existam também alguns estudos anteriores. O regime ditatorial de António de Oliveira Salazar utilizou as eleições, não para permitir mudanças no governo, mas para confirmar a sua permanência no poder. Nenhum outro país teve tantas eleições nacionais — e com tão escasso efeito directo — como Portugal sob o Estado Novo². Porém, a existência destas eleições deu azo ao seu estudo (principalmente as eleições contestadas pela oposição) com base em dados agregados³. As conclusões destes estudos sublinham o sufrágio limitado, a coerção e a fraude eleitoral do Estado Novo de Salazar. Quanto ao trabalho de sondagem a nível individual anterior a 1974, era inevitavelmente limitado, mas não inexistente⁴.

Aqui estamos naturalmente interessados nos estudos do comportamento eleitoral pós-1974. Em termos de dados a nível individual, vale a pena destacar os trabalhos de Cabral (1995, 1997, 1998, 2000a e 2000b) e Bacalhau (1994, 1997), bem como os primeiros trabalhos de Bruneau e McLeod (1986), *inter alia*, enquanto Gaspar⁵ e Freire (2001b) produziram uma obra importante baseada em dados agregados, proporcionando algumas noções inestimáveis sobre o comportamento eleitoral dos portugueses.

Evidentemente, a pesquisa a nível individual é extremamente relevante para a compreensão do comportamento eleitoral. Porém, no caso de Portugal, não tem existido pesquisa sistemática e abrangente sobre o comporta-

² Schmitter (1999), p. 72.

³ V., por exemplo, a análise de Soares e Cavaco (1998) das eleições presidenciais de 1958.

⁴ Por exemplo, o trabalho do IPOPE, *Os Portugueses e a Política*, Lisboa, Moraes Editores, 1973. Do mesmo modo, a repressão pré-1974 também não impediu uma sondagem levada a efeito em 1973 que revelou que 63% dos portugueses nunca tinham votado (in *Expresso de 6 de Janeiro de 1973*).

⁵ V., por exemplo, Gaspar e Vitorino (1976), Gaspar *et al.* (1984), Gaspar e André (1989) e a obra editada por Gaspar e André (1990).

mento eleitoral; os estudos existentes são dispersos e frequentemente incidentais, na medida em que os autores procuram responder a outras questões que não a do comportamento eleitoral *per se*⁶.

Outros estudos sistemáticos sobre o comportamento eleitoral foram tornados possíveis pela utilização de dados de nível agregado. Se bem que extremamente úteis, estes encontram-se não apenas sujeitos aos problemas inerentes a este tipo de dados⁷, como também se revelam incapazes de fornecer respostas a determinadas questões específicas e vitais. Entre estas contam-se, por exemplo, a influência da identificação partidária ou do posicionamento ideológico sobre o comportamento eleitoral, o impacto das campanhas e dos candidatos e o efeito dos temas em debate e das posições políticas dos partidos⁸.

Não se pretende com isto sugerir uma falta de importância do trabalho existente. Pelo contrário, esses estudos, baseados tanto em dados de nível individual como agregado, são de valor inestimável, constituindo o fundo de conhecimentos sobre o comportamento eleitoral e as atitudes políticas dos portugueses que actualmente possuímos. Além disso, levantam questões pertinentes relacionadas com o comportamento político dos portugueses, questões essas que só poderão ser elucidadas por meio de um trabalho mais sistemático e abrangente e com uma componente de trabalho de sondagem substancial e intensiva.

CONTEXTO INSTITUCIONAL E DE SISTEMA PARTIDÁRIO

Portugal possui um sistema eleitoral de representação proporcional (RP) com circunscrições de um nível que utiliza a fórmula d'Hondt⁹ e que tem permanecido em vigência desde as primeiras eleições democráticas de 1975¹⁰. A magnitude das circunscrições — um elemento importante do formato do sistema eleitoral, que constitui muitas vezes uma determinante mais importante do que a fórmula eleitoral¹¹ — é, em média, relativamente elevada. Registando um valor superior a 10, a magnitude média é quase duas vezes superior à da Espanha¹². O quadro n.º 1 mostra a magnitude média das

⁶ Por exemplo, a obra de Cabral (1995, 1998 e 2000a), que investiga principalmente as atitudes políticas, as preferências partidárias e a mobilidade social, mais do que o comportamento eleitoral.

⁷ Para uma análise da falácia ecológica, v. Robinson (1950). Para uma análise mais profunda, v. King (1997).

⁸ Freire (2000b), pp. 33-38.

⁹ A forma mais comum de RP (Lijphart, 1994, p. 21).

¹⁰ Ocorreram pequenas alterações na dimensão da Assembleia, sendo a principal a sua redução em 8% antes das eleições legislativas de 1991. Dados relativos a eleições posteriores sugerem que esta alteração não teve um impacto significativo sobre a desproporcionalidade do sistema eleitoral (Jalali, 2002).

¹¹ Rae (1971); Gallagher *et al.* (1992), p. 155.

¹² Lijphart (1994), p. 22).

circunscrições portuguesas em comparação com as de outros sistemas d'Hondt de nível único, 1945-1990.

Sistemas de RP com fórmula d'Hondt e circunscrições de nível único em ordem crescente por magnitude média de circunscrição

[QUADRO N.º 1]

Sistema eleitoral	Magnitude da circunscrição média	Número de circunscrições
França (1945-Novembro de 1946)	5,19	102
França (1986)	5,79	96
Espanha (1977-1989)	6,73	52
Noruega (1945-1949)	7,5	20
Suíça (1947-1987)	8,2	23,91
Suécia (1948)	8,21	28
Portugal (com ilhas), 1991-1999	11,3	20
Portugal (continental), 1991-1999	12	18
Portugal (com ilhas), 1975-1987	12,3	20
Portugal (continental), 1975-1987	13,11	18
Finlândia (1945-1987)	13,21	15,15
Luxemburgo (1945-1989)	14,02	4
Holanda (1946-1952)	100	1
Israel (1949)	120	1
Israel (1973-1988)	120	1
Holanda (1956-1989)	150	1

Fontes: Adaptado de Lijphart (1994), p. 22; dados sobre Portugal calculados pelo autor.

As magnitudes de circunscrição médias para Portugal foram calculadas tomando 250 como a dimensão do Parlamento, com 4 lugares para os círculos eleitorais estrangeiros e 10 para as ilhas. Note-se, contudo, que para as eleições de 1976 havia 263 deputados, com 4 lugares para os círculos eleitorais estrangeiros e 12 para as ilhas. E para as eleições de 1975 havia apenas 3 lugares para os círculos eleitorais estrangeiros e igualmente 12 para as ilhas. Contudo, trata-se aqui de diferenças de segunda importância que não produziram qualquer diferença substancial nos índices obtidos.

Contudo, a elevada magnitude da circunscrição média de Portugal continental esconde uma *variação* relativamente ampla na magnitude das circunscrições. Duas circunscrições muito grandes (Lisboa e Porto) coexistem com dois grupos bastante homogêneos de oito circunscrições cada um: um deles com uma magnitude de circunscrição de dimensão razoável (média de 12,4)¹³, mas o outro com uma magnitude média extremamente baixa, de apenas 4,99¹⁴. A consciência desta variação impede asserções gerais, como as de Lijphart *et al.* (1988, p. 19), de que, «ao contrário da RP espanhola, a RP portuguesa pode ser considerada fundamentalmente proporcional». Este

¹³ Compreendendo os distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém, Setúbal e Viseu.

¹⁴ Compreendendo os distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real.

facto reveste-se também de grande relevância para o comportamento eleitoral português, na medida em que potencialmente gera incentivos ao voto tático nas circunscrições mais pequenas e menos proporcionais.

Portugal apresenta também um presidente directamente eleito com poderes substanciais que coexiste com um primeiro-ministro e um governo responsáveis perante o parlamento, enquadrando-se assim nas definições-padrão do semipresidencialismo [por exemplo, Duverger, 1980, p. 166, Elgie, 1999a, ou na categoria do presidencialismo de Shugart e Carey, 1992]¹⁵. Em Portugal, à semelhança do que acontece em França, os presidentes são eleitos mediante um sistema de duas voltas e apenas os dois principais candidatos competem na segunda volta caso nenhum candidato alcance uma maioria na primeira.

Como fazem notar Shugart e Carey (1992, p. 226), «a maior parte dos estudos da relação entre votos e lugares não tomou em consideração a possibilidade de que os sistemas presidencial e parlamentar podem diferir quanto às relações em investigação». No caso português, a eleição directa pode gerar efeitos importantes sobre o comportamento eleitoral, com a tendência do sistema presidencial de duas voltas para gerar alianças intrabloco na volta decisiva a contrapor-se a divisões entre partidos.

Quatro partidos têm dominado a escolha política em Portugal desde 1974, sendo os únicos que continuamente alcançaram representação parlamentar desde a democratização: à direita, o Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP)¹⁶; no centro-direita, o Partido Social-Democrata (PSD); no centro-esquerda, o Partido Socialista (PS); à esquerda dos socialistas, o Partido Comunista Português (PCP).

Em termos de sistema partidário, a competição pelo governo entre PS e PSD constitui o seu principal padrão¹⁷. Para usar a terminologia de Mair (1997), a luta entre o PS e o PSD é a principal dimensão da competição: estes dois partidos têm liderado todos os governos desde a democratização (exceptuando uma breve e fracassada experiência de governos presidenciais em 1978-1979). Em Portugal «a competição partidária, e a política em geral, [é] dominada por [esta] escolha primordial particular, à qual se subordinam outras considerações» (Mair, 1997, p. 13). Além disso, este padrão emergiu desde as primeiras eleições, sugerindo uma estruturação precoce do sistema partidário não antecipada na literatura teórica (por exemplo, nas obras de Sartori, 1968, e Mair, 1997). A principal dimensão da competição parece ter sido crucialmente fortalecida a partir de meados dos anos 80, com a emergência de maiorias parlamentares absolutas ou quase absolutas desde 1987, um reforço

¹⁵ A literatura não é, no entanto, unânime quanto a esta questão. Para opiniões divergentes, v., por exemplo, Sartori (1997), pp. 129 e 138, bem como Salgado de Matos (1983 e 1986) e Morais *et al.* (1984).

¹⁶ O CDS-PP começou por ser apenas CDS; o sufixo PP foi acrescentado à sigla oficial nos anos 90.

¹⁷ Goldey (1992), p. 171.

do voto nos partidos centristas e um relativo fechamento da estrutura da competição¹⁸. Assim, uma das questões altamente relevantes que emergem deste quadro é saber de que modo estes processos foram sustentados ao nível eleitoral.

Vale a pena destacar duas outras características do sistema partidário. Uma delas é a exclusão sistemática do Partido Comunista do governo a partir de 1975, em grande medida resultado do papel desempenhado pelo PCP durante o período revolucionário de transição democrática de 1974-1975 e do seu apego à ortodoxia marxista-leninista. Esta exclusão continua a ser um aspecto fundamental ao nível sistémico e, desse modo, também ao nível dos alinhamentos eleitorais.

Uma segunda característica a destacar é a *cooperação* entre partidos, particularmente entre o PS e o PSD:

Tão importante como a competição é a cooperação — formal, informal e implícita — que faz parte de qualquer sistema partidário. Aquilo que é eliminado da política, por nenhum dos partidos optar por representar esse interesse ou opinião, é frequentemente tão importante quanto as questões fortemente debatidas pelos partidos [Ware, 1996, p. 7].

Assim, todos os partidos¹⁹ votaram para se incluírem no domínio protegido dos 14 pontos da Constituição que não podem ser revistos, o que lhes concede um predomínio virtualmente sem paralelo na Europa ocidental²⁰. Além disso, a competição independente foi excluída a quase todos os níveis, e, até 2001, as listas independentes só podiam concorrer ao nível mais baixo das eleições locais — o das juntas de freguesia²¹. Este foi um dos meios a que os partidos recorreram para superarem a sua falta de raízes sociais, mas também para bloquearem a concorrência de outros tipos organizacionais, como os movimentos de cidadãos (favorecidos pela extrema-esquerda).

A cooperação entre o PS e o PSD tem desempenhado um papel central na dinâmica do sistema partidário. Visivelmente, os dois partidos têm cooperado em todas as grandes decisões desde 1974, como a adesão à CEE ou as revisões constitucionais, além de terem formado a grande coligação do bloco central de 1983-1985. Simultaneamente, e ecoando Mair (1997, p. 14), o PS e o PSD têm cooperado com vista à manutenção de uma dimensão de competição

¹⁸ Para o conceito de estrutura de competição, v. Mair (1997).

¹⁹ Com exceção dos dez deputados do CDS.

²⁰ Rebelo de Sousa (1983), p. 382.

²¹ Nas eleições para as juntas de freguesia de 1997, as listas independentes obtiveram mais votos do que o CDS-PP em 7 dos 18 distritos continentais e do que o PCP em 11 distritos (José Bettencourt da Câmara, «Electoral reform in Portugal», artigo apresentado no St. Antony's College, Oxford, em 30 de Abril de 1998). Tal dá-nos uma ideia do impacto do monopólio partidário da representação.

principal que lhes garante uma influência desproporcional sobre o sistema partidário. Entre os exemplos de tal cooperação contam-se a manutenção de um sistema eleitoral que lhes proporciona uma sobre-representação²², ou os padrões de ocupação partidária do Estado. Estes aspectos são relevantes na medida em que tal cooperação – particularmente quando gera percepções de má actuação dos partidos entre o eleitorado em geral – alimenta potencialmente a desilusão popular com os partidos e as instituições políticas, um aspecto que se reflecte também nos níveis crescentes de abstencionismo.

A organização interna dos partidos influencia os modos e a natureza da sua interacção com a sociedade e o eleitorado²³. Na globalidade, os partidos portugueses possuem bases organizacionais relativamente frágeis, se tomarmos como referência o modelo do partido de massas. Contudo, não obstante as suas frágeis bases organizacionais e sociais, os partidos portugueses continuam a ser «as instituições políticas-chave»²⁴, em grande medida devido ao seu monopólio de representação política no parlamento e à sua capacidade de obtenção e distribuição dos recursos do Estado aos níveis nacional e local — o que potencialmente explica os padrões de cooperação intrapartidária e de desilusão com a política.

Assim, os partidos portugueses são organizações híbridas, combinando elementos de diferentes modelos partidários. Embora apresentem algumas das características dos partidos de massas — por exemplo, requisitos estatutários de democracia interna —, estas coexistem com padrões das tipologias de partido de quadros moderno (*modern cadre party*)²⁵ (particularmente um baixo rácio membros/voto e a manutenção da estrutura aparente de um partido de massas que dá azo a uma democracia interna formal facilmente manipulável), de partido de cartel²⁶ dos velhos partidos clientelistas que os antecederam.

Na sua essência, o PS e o PSD – à semelhança dos seus correspondentes espanhóis²⁷ — são *partis de electeurs*²⁸, partidos *catch-all*, com a sua característica flexibilidade e indefinição ideológicas. O oportunismo ideológico foi ainda mais encorajado pelos líderes partidários, que são relativamente livres para «moldarem» os partidos, contribuindo desse modo para a sua flexibi-

²² Bruneau (1997), p. 13. Comparando percentagens de votos com percentagens de lugares entre 1975 e 1999, o PS obteve, em média, 4% mais lugares do que a sua percentagem de votos, o PSD 5,1% mais e a AD 6% mais nas duas eleições em que participou. Em contrapartida, o CDS-PP e o PCP obtiveram 1,5% e 0,6% menos lugares, respectivamente, e os pequenos partidos, no seu conjunto (incluindo aqueles que alcançaram representação parlamentar, nomeadamente a UDP, o PRD, o BE e o partido dos reformados PSN – Partido da Solidariedade Nacional), 4,3% menos (Jalali, 2002).

²³ Panebianco (1988); Duverger (1954); Epstein (1967); Ostrogorski (1902a e 1902b).

²⁴ Bruneau (1997), p. 19.

²⁵ Koole (1994), pp. 298-299.

²⁶ Katz e Mair (1995).

²⁷ Gunther *et al.* (1988), pp. 133-219.

²⁸ Sousa (1983), pp. 634-635; Stock (1989), p. 178; Durão Barroso, prefácio a Manalvo (2001), p. 11, utilizando o conceito de Charlot (1971).

lidade e indefinição ideológicas — algo particularmente perceptível na experiência do CDS-PP. Evidentemente, este aspecto tem impacto sobre o comportamento eleitoral; em particular, pode ajudar-nos a explicar os níveis relativamente elevados de volatilidade de bloco que se têm verificado desde meados dos anos 80²⁹, à medida que os eleitores abandonam um partido moderado de centro-direita em favor de outro partido moderado de centro-esquerda — como ocorre no Reino Unido ou até em França, não obstante os diferentes sistemas eleitorais destes países.

Neste quadro, o PCP representa uma exceção parcial — o que constitui também um reflexo da sua história mais longa (tendo sido fundado em 1921, é o único partido português que antecede de modo significativo o 25 de Abril). Em termos organizacionais, o PCP mantém o número mais alargado de militantes mobilizados e tem apresentado, tradicionalmente, as bases sociais de apoio mais coerentes e claramente definidas, particularmente o operariado da cintura industrial de Lisboa e os trabalhadores agrícolas das grandes propriedades alentejanas. Contudo, em Portugal, como no resto da Europa ocidental, o Partido Comunista tem-se mostrado incapaz de obter um apoio uniforme em termos territoriais entre os trabalhadores industriais e agrícolas. E a existência de uma maior consistência ideológica, organizacional e social não é inteiramente benéfica: no caso do PCP, essa maior consistência conduziu à ossificação do partido num gueto de dimensão apreciável, mas em declínio e marginalizável. A mesma consistência alimenta ainda divisões internas entre reformadores «eurocomunistas» e os defensores da ortodoxia marxista-leninista. Os renovadores procuram uma moderação ideológica (no limite transformando o PCP num possível aliado do Partido Socialista), dadas as mudanças sociais e o declínio eleitoral; para a facção ortodoxa, o partido não pode renegar a sua identidade e raízes sociais por «um punhado de lugares no governo». Este conflito latente, que vai provocando expulsões e demissões de membros proeminentes do partido, terá um importante impacto sobre a mobilização e o comportamento dos eleitores comunistas tradicionais.

DADOS EXISTENTES SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL EM PORTUGAL

Os dados existentes a nível individual e colectivo confirmam que os partidos políticos não estão enraizados de modo exclusivo em bases de apoio sociais específicas. Os dados do *World Values Survey* de 1990-1991 fornecem uma visão geral dos níveis de voto de clivagem em Portugal (quadro n.º 2), permitindo uma avaliação das clivagens sociais e religiosas, as duas principais bases para a divisão social nos sistemas partidários do Ocidente³⁰.

²⁹ Freire (2001b), pp. 23-24; Jalali (2002).

³⁰ Dalton (1996).

Níveis de voto de clivagem em diversos países, 1990-1991

[QUADRO N.º 2]

País	Classe social	Denominação religiosa	Prática religiosa	Área urbana/rural	Região
Áustria	0,20	0,15	0,26	0,16	17,00
Bélgica	0,16	0,18	0,30	0,25	0,33
Grã-Bretanha	0,18	0,11	0,12	0,12	0,21
Canadá	0,10	0,14	0,12	0,09	0,18
Dinamarca	0,21	0,13	0,29	0,15	—
Finlândia	0,16	0,23	0,27	—	—
França	0,15	0,14	0,22	0,13	0,12
Alemanha Ocidental	0,13	0,14	0,22	0,08	0,09
Islândia	0,19	0,11	0,17	—	—
Irlanda	0,14	0,14	0,16	0,14	—
Itália	0,15	0,21	0,27	0,12	0,16
Japão	0,11	0,14	0,15	0,07	0,10
Holanda	0,18	0,29	0,37	0,16	0,14
Noruega	0,22	0,14	0,27	0,15	—
Portugal	0,11	0,22	0,22	0,10	0,17
Espanha	0,15	0,14	0,25	0,13	—
Suécia	0,16	0,15	0,20	0,12	—
Estados Unidos	0,10	0,09	0,08	0,10	0,10
<i>Média</i>	0,15	0,15	0,22	0,13	0,16

Fonte: Dalton (1996), p. 325, baseado no *World Values Survey* de 1990-1991.

As entradas correlacionam as características sociais com a preferência partidária do inquirido (como as correlações V de Cramer). Os inquiridos sem preferência partidária não foram incluídos.

O quadro mostra que, em Portugal, o voto de clivagem de classe social é bastante inferior à média — de facto, apenas os Estados Unidos e o Canadá apresentam valores inferiores. A denominação religiosa e a região parecem ser determinantes bastante mais poderosas. O coeficiente da denominação religiosa é apenas inferior ao da Holanda — que, ao contrário de Portugal, tem partidos religiosos — e da Finlândia. No entanto, o coeficiente da prática religiosa não é, em termos relativos, tão elevado, equivalendo à média da amostra e ao coeficiente da França e situando-se abaixo dos coeficientes da Espanha e da Itália.

Estes resultados parecem reflectir o facto de a linha de clivagem religiosa excluir os comunistas, mas não a esquerda no seu conjunto. Isto é particularmente evidente numa sondagem de 1998, quando o PS era liderado por Guterres, um católico praticante — 27,2% dos praticantes são simpatizantes do PS, contra 31,5% que simpatizam com os sociais-democratas (Freire, 2001c, p. 155). Todavia, a força do apoio socialista entre os católicos praticantes é também evidente nas sondagens de 1984 e 1986, períodos em que os socialistas eram liderados pelos seculares Soares e Constâncio, respectivamente (Bacalhau, 1989, p. 252, e 1994, p. 67).

O factor regional é excepcionalmente importante, mais importante até do que na Itália e na Alemanha, particularmente se tivermos em conta a homo-

geneidade do Portugal contemporâneo e a ausência de grandes conflitos entre o centro e a periferia ou de carácter etno-linguístico³¹. Contudo, em Portugal, a região e a religião não são mutuamente independentes, dado o maior grau de religiosidade que se verifica no Norte do país.

As análises de dados agregados de Freire (2001b) e Nataf (1987) confirmam a importância da religião e da classe social, se bem que sujeitas às inevitáveis qualificações de inferências de tais dados. Não obstante, o padrão apresenta a direcção esperada: uma maior preferência por partidos de direita nas áreas mais religiosas e de classe capitalista e uma maior preferência por partidos de esquerda nas áreas mais seculares e de classe trabalhadora³².

Dados mais recentes a nível individual reforçam esta conclusão. Baseado nos resultados da sondagem às Atitudes Sociais dos Portugueses de 1998, Freire (2001c, p. 141) estima o impacto dos factores religiosos e sociais sobre a preferência partidária. Os resultados são apresentados no quadro n.º 3.

Impacto da religião e da classe sobre a preferência partidária, 1998

[QUADRO N.º 3]

Variáveis independentes	Variável dependente: preferência partidária esquerda/direita
Prática religiosa	0,187
Religiosidade subjectiva	0,100
Escolaridade	0,102
Classe social subjectiva	0,164
Profissão	-0,100
Rendimento	-0,044
Sindicalização	0,145
Urbano/rural	0,066
Governo deve assegurar emprego	-0,035
Governo deve diminuir diferenças de rendimento	-0,044
<i>R</i>	0,38
<i>R</i> ² ajustado	13%
<i>R</i> ² ajustado (excluindo atitudes políticas)	13%
<i>R</i> ² ajustado (excluindo atitudes políticas e religiosas)	12%
<i>N</i>	590

Fonte: Freire (2001c), pp. 141-142.

O quadro confirma a importância da prática religiosa para as preferências partidárias em Portugal, bem como a da religiosidade subjectiva. Todavia, os resultados de Freire sugerem que a importância da classe social relativamente à religião não pode ser subestimada, dados os valores de coeficiente relativamente elevados da classe social subjectiva e da sindicalização.

³¹ Cf. Martins (1971), p. 60.

³² Freire (2001b), p. 106; v. também Nataf (1987), ainda que o trabalho deste seja enfraquecido pela utilização dos censos de 1970 como indicadores de classe social e de prática religiosa.

Assim, em Portugal, na globalidade, a religião parece ser uma determinante da preferência partidária pelo menos tão importante como a classe, o que não coincide inteiramente com a conclusão de Bartolini e Mair de que a clivagem social é «o grande conflito *universalizador*» da política da Europa ocidental³³. Seja como for, como faz notar Freire (2001c, p. 178), tanto a posição social como as atitudes religiosas são fracos indicadores da preferência partidária. Isto é igualmente confirmado pelos dados apresentados em Reis e Dias (1993, p. 280), que revelam uma fraca variação do autoposicionamento ideológico médio com base na classe ou na religião, com valores na ordem intermédia dos 5-6 em ambos os casos.

A ausência de fortes raízes partidárias está patente nas taxas de filiação partidária — tanto em comparação com os respectivos eleitorados como com o eleitorado total (rácio *F/E*³⁴). Assim, para Portugal, e para o ano 2000, o rácio *F/E* é de 3,99, inferior à média europeia³⁵. A taxa de filiação partidária relativamente aos eleitores de cada partido é igualmente reduzida, com excepção do PCP, como podemos observar no quadro n.º 4. Na realidade, o PCP é, na melhor das hipóteses, uma excepção parcial — o aumento a partir de meados dos anos 80 no rácio reflecte um declínio mais rápido do eleitorado do PCP do que o declínio dos seus militantes (provavelmente, porque este constitui um agregado mais «estável», já que os militantes podem afastar-se do partido sem anularem formalmente a sua filiação)³⁶.

Taxa de filiação partidária relativamente aos eleitores
partidários em Portugal, 1976-1999

[QUADRO N.º 4]

	1975	1976	1979	1983	1985	1987	1991	1995	1999	Média
CDS	—	—	—	5,6	3,6	10,2	10,5	—	8,9	7,8
PSD	1,4	1,9	—	5,5	3,9	3,6	4,8	9,1	4,3	4,3
PS	3,8	4,8	5,9	5,8	3,9	3,7	4,2	3,7	4,2	4,4
PCP	10,6	14,6	14,6	19,5	22,3	28,9	32,4	27,1	27,8	22,0

Fontes: Morlino (1998), p. 175, para o período entre 1976 e 1991; estimativas do autor para 1975 e o período entre 1995 e 1999 (com base em dados do ano de eleições ou do ano imediato).

Embora baixas, porém, as taxas de identificação e filiação partidárias têm-se revelado notavelmente estáveis. O rácio *F/E* não se encontra entre os mais baixos na comparação de Mair e van Biezen (2001), aproximando-se muito

³³ Bartolini e Mair (1990), p. 60.

³⁴ Mair e van Biezen (2001), p. 5.

³⁵ Mair e van Biezen (2001), p. 9.

³⁶ O aumento do rácio *F/E* do PCP a partir de meados da década de 80 não coincide com o aumento do número de filiados, que atingiu o valor máximo em 1983, com 200 753 membros. Além disso, os valores do PCP ficam consideravelmente aquém dos de partidos de massas clássicos como o Partido Comunista Italiano nos anos 40 e 50, que oscilava entre 27,1% e 47,5% (Morlino, 1998, p. 175).

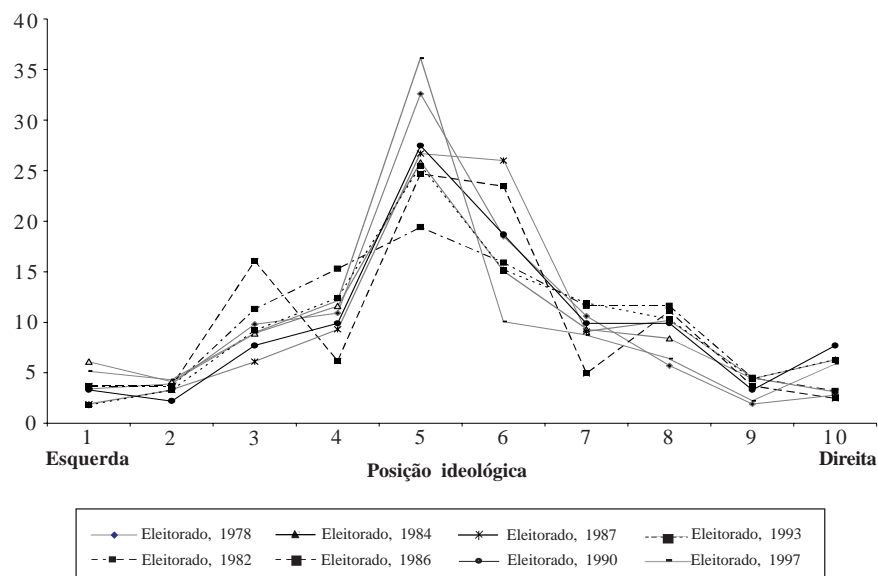
dos (e entre os) rácios para a Itália e a Espanha e sendo consideravelmente mais elevado do que o da França. Além disso, Portugal assistiu a um declínio muito ligeiro do seu rácio *F/E* entre 1980 e 2000 (de 0,29%), bastante abaixo do declínio europeu médio de 2,63 e ao contrário do que se verificou noutras democracias liberais estabelecidas mais antigas, que registaram um declínio considerável (Mair e van Biezen, 2001).

Verifica-se um padrão similar no que concerne à identificação partidária. Os dados disponíveis, datando de meados da década de 80, recaem, de um modo geral, na casa dos 50%-60% e não evidenciam qualquer tendência consistente de diminuição³⁷. Isto sugere que os fenómenos de alienação dos partidos políticos não são recentes, corroborando a conclusão de que o processo de desenvolvimento da organização e sistema partidários não conheceu, em Portugal, a fase do partido de massas (Jalali, 2002).

O autoposicionamento ideológico tende para o centro, como podemos observar na figura n.º 1 e no quadro n.º 5.

Distribuição do autoposicionamento ideológico em Portugal

[FIGURA N.º 1]



Fontes: Para 1978-1984, 1987 e 1993, Bacalhau (1994), p. 58; para 1986, Bacalhau (1989), p. 253; para 1990, Reis e Dias (1993), p. 278; para 1997, Cabral (2000a), p. 92. Os valores representam percentagens de inquiridos (excluindo «não sabe/não responde»).

³⁷ Imediatamente abaixo dos 50% em 1985 e 1989 (Morlino, 1998, p. 169), 60% em 1994, 54% em 1997 e 61% em 1998 (Cabral, 1995, p. 176, e 2000, pp. 90-92; Cabral *et al.*, 2000, pp. 76-77).

Autoposicionamento ideológico médio por simpatizantes
e eleitores partidários

[QUADRO N.º 5]

Média	CDS	PSD	PS	PCP	PRD	Eleitorado
1978	—	—	—	—	—	5,2
1982	—	—	—	—	—	5,4
1984	—	—	—	—	—	5,4
1986	7,7	6,6	4,7	2,7	4,9	5,3
1987	—	—	—	—	—	5,7
1990	7,6	7,3	5	2,6	—	5,7
1993	7,3	7,1	4,7	2,5	—	5,7
1997	6,9	6,2	5,1	2,5	—	5,2

Fontes: Para 1978-1984, 1987 e 1993, Bacalhau (1994), p. 58; para 1986, Bacalhau (1989), p. 253; para 1990, Reis e Dias (1993), p. 278; para 1997, Cabral (2000a), p. 92; médias dos partidos para 1993: estimativas do autor com base em Bacalhau (1994), p. 53.

Em termos do autoposicionamento médio para os partidos, a diferença entre o PCP e os restantes principais partidos — sobretudo o PS — é particularmente notável. De facto, o eleitor ou simpatizante médio do PS está, na escala esquerda/direita, geralmente mais próximo do seu correspondente do PSD do que do seu correspondente comunista. Este facto pode ter implicações sistémicas. Poderá significar, em especial, um tecto mais baixo do apoio eleitoral do PS comparativamente ao do PSD. Assim, e até 2002, o PSD parece ter uma maior facilidade de cativar o eleitorado do CDS do que o PS relativamente ao eleitorado do PCP, o que, possivelmente, explica a incapacidade do PS de obter uma maioria parlamentar em 1999, não obstante uma conjuntura altamente favorável³⁸.

Em termos do eleitorado global, os valores médios e a figura 1 demonstram claramente a vocação centrada do eleitorado português. Além disso, o autoposicionamento espelha os movimentos eleitorais — assim, as únicas sondagens que indicam, em média, uma ligeira inclinação centro-direita do eleitorado são aquelas que foram conduzidas entre 1987 e 1993, um período em que o PSD governou com maiorias parlamentares e populares³⁹. Contudo, é interessante notar que em ambos esses anos — como nas restantes sondagens — o autoposicionamento médio no PS era o mais próximo da média do eleitorado. Todavia, isto não se traduziu num predomínio socialista do sistema partidário e o PS mostrou-se incapaz de alcançar maiorias parlamentares, ao contrário da direita.

³⁸ Para uma análise mais aprofundada, v. Jalali (2002).

³⁹ A sondagem de 1987 teve lugar um mês antes das eleições gerais de 1987, que deram ao PSD a sua primeira maioria absoluta.

Como podemos observar no quadro 1, as divisões territoriais são determinantes centrais do comportamento político em Portugal. À clivagem territorial Norte-Sul devemos acrescentar a divisão urbana/rural, sendo as duas frequentemente citadas como linhas divisórias decisivas na política portuguesa⁴⁰. Os partidos de direita dominam no Norte do país e a esquerda é mais forte no Sul. Similarmente, a direita é mais forte nas áreas rurais e a esquerda nas áreas urbanas⁴¹.

Estes padrões regionais de apoio partidário estabeleceram-se no início do processo de democratização e continuam a existir — ainda que sejam actualmente menos pronunciados, tendo agora os partidos um apoio nacional mais homogéneo do que em 1975. Verificou-se, assim, um processo substancial de crescimento e «nacionalização» dos partidos de direita, particularmente do PSD, mas também dos partidos de esquerda, à medida que os padrões de apoio aos partidos se tornaram mais uniformes em termos territoriais (Jalali, 2002). Deste modo, os alicerces desta «nacionalização» dos partidos constitui um tema importante para investigação futura.

Para a direita, a experiência governamental da AD parece revestir-se de particular importância. Depois dos governos da AD, a direita — particularmente o PSD — teve um desempenho consideravelmente melhor nas zonas inóspitas do Sul em comparação com o período anterior. A chegada ao poder da AD concedeu à direita algum controlo sobre as relações económicas-chave na região sul do país e permitiu aos seus apoiantes emergirem da obscuridade depois do período revolucionário, permitindo-lhe desse modo (principalmente ao PSD, graças à sua superior consistência organizacional) estabelecer ligações e redes nessas regiões, ligações essas que sobreviveram ao colapso da AD e constituíram a base do sucesso do PSD no Sul em 1987 e 1991.

No que diz respeito à esquerda, esta nacionalização tem sido acompanhada por um regular declínio do Partido Comunista. Assim, o PCP tem-se mostrado não só incapaz de atrair novos eleitores (como muitos defenderam já), como também, o que é muito mais importante, de manter o seu eleitorado do período entre 1975 e 1983, tendo vindo a perder eleitores para o PS, o abstencionismo e a mortalidade.

Uma terceira clivagem regional poderá ser considerada relevante, nomeadamente a clivagem entre a área costeira atlântica (litoral) e o interior. Embora não tenha sido muito utilizada nas análises políticas, esta distinção figura em todos os indicadores sociais⁴². O grande desequilíbrio de desenvolvimento económico entre o relativamente desenvolvido litoral de Setúbal

⁴⁰ Gaspar e Vitorino (1976); Gaspar *et al.* (1984); Gaspar e André (1989); Maxwell (1986), p. 122; Freire e Baum (2001), p. 30.

⁴¹ V. Gaspar e Vitorino (1976), Gaspar *et al.* (1984) e Gaspar e André (1989).

⁴² Corkill (1993), p. 59.

a Braga e as regiões do interior constitui uma notória divisão regional sócio-económica⁴³. Os estudos existentes sugerem, no entanto, que esta divisão não se traduz significativamente na escolha político-partidária (Jalali, 2002). As razões pelas quais não assistimos à emergência de uma clivagem desenvolvimental são também aspectos relevantes do comportamento eleitoral português.

Vale a pena destacar ainda dois outros aspectos que marcam o comportamento eleitoral português. O primeiro diz respeito a um padrão geral de enfraquecimento dos partidos dos «extremos» (CDS e PCP) em favor dos partidos centristas (PSD e PS), que data de meados da década de 80⁴⁴. O quadro n.º 6 indica a média para os partidos centristas e dos extremos nos períodos de 1975-1983 e 1987-1999, bem como os respectivos desvios-padrão.

Percentagem média e desvio-padrão do voto
no centro e nos extremos, 1975-1983 e 1987-1999

[QUADRO N.º 6]

	1975-1983	1987-1999
Média para o centro (PS e PSD)	62,2 (2,84)	77,9 (1,27)
Média para os extremos (CDS e PC)	31,4 (3,67)	16,0 (2,01)

Em 2002, esta tendência confirma-se: os dois partidos do centro aumentam a sua votação para 78% (um aumento de 1,2%), enquanto o PCP e o CDS obtêm 15,7% dos votos (menos 1,7% relativamente a 1999). Este padrão é aparente não só a nível nacional, como também nas análises não agregadas, com uma consistente direcção centrípeta do eleitorado em unidades subnacionais relevantes (Freire, 2001, p. 105; Jalali, 2002). É evidente que esta dinâmica centrípeta requer uma exploração mais profunda.

As eleições de 1985 revelaram-se um ponto de viragem crucial no comportamento eleitoral português, sendo marcadas pela ascensão meteórica do Partido Renovador Democrático (PRD), um partido *flash* e veículo civil para as ambições (e rivalidades) políticas do então presidente da República, general Ramalho Eanes. O PRD, consistindo em «tropas de filiação incerta lideradas por um general ambíguo»⁴⁵, posicionou-se decididamente em pleno terreno centrista (Bacalhau, 1989, p. 253) e constituiu um desafio para os socialistas em particular⁴⁶.

⁴³ Corkill (1993 e 1999); Mateus (1998).

⁴⁴ Freire (2001b), p. 11; Jalali (2002).

⁴⁵ Goldey (1987), p. 58.

⁴⁶ Obteve 18% dos votos, contra os 20,8% dos socialistas e os 29,8% do PSD.

Contudo, o declínio do PRD seria tão espectacular quanto a sua ascensão, obtendo apenas 4,9% dos votos em 1987, antes de essencialmente desaparecer nas eleições legislativas de 1991. O aparecimento e desaparecimento do PRD é geralmente interpretado como tendo ajudado a «desbloquear» o movimento eleitoral em Portugal (André e Gaspar, 1989, p. 276), facilitando em particular o movimento de eleitores entre o PS e o PSD, consolidando a mobilidade de um eleitorado centrista substancial que vai alternando entre o PS e o PSD e que permite a estes partidos a conquista de maiorias absolutas ou quase absolutas. Porém, como indicam os resultados de Freire (2001b, pp. 105-106), os movimentos interbloco para o PSD e o PS também não podem ser ignorados quando se fala do relativo fortalecimento destes partidos. É, portanto, necessário explorar mais aprofundadamente o peso relativo destes dois factores, particularmente tendo em conta a importância atribuída ao eleitorado centrista pelos políticos e estudiosos de ciência política (Freire, 2001b, pp. 105-106).

CAMINHOS PARA A INVESTIGAÇÃO FUTURA

NOVAS E VELHAS CLIVAGENS

Uma das principais áreas para a investigação futura é a importância do voto de clivagem em Portugal, nomeadamente em termos de religião e de classe social. A questão é especialmente importante para análises comparativas, já que permite a introdução da experiência portuguesa nos debates europeus relativos ao aparente declínio das «velhas» clivagens e do voto de clivagem⁴⁷. Esta experiência é particularmente importante na medida em que Portugal representa um exemplo de uma democracia recentemente consolidada que pôde estruturar rapidamente o seu eleitorado não obstante a ausência de partidos de massa tradicionais com fortes e profundos laços sociais para estruturar o eleitorado. Assim, esses trabalhos servirão não apenas para enriquecer o debate europeu, como poderão também apontar possíveis caminhos de desenvolvimento às democracias da Europa central e de Leste, cujos padrões de clivagem e tipo partidários se assemelham aos de Portugal.

O desenvolvimento da clivagem pós-materialista é igualmente relevante. No que concerne aos valores pós-materialistas, os dados de inquéritos indicam a sua relativa falta de importância para os portugueses⁴⁸. Porém, os anos 90 assistiram ao desenvolvimento e crescente impacto dos grupos de pressão, e alguns destes seguiram as linhas pós-materialistas, ainda que incipientemente, quando comparados com os seus equivalentes da Europa ocidental⁴⁹ — por

⁴⁷ Inglehart (1977); Dalton (1988); Bartolini e Mair (1995).

⁴⁸ Vala (1993), pp. 239-241.

⁴⁹ Brederode Santos e Dias (1993), pp. 59-60.

exemplo, a Associação de Defesa do Consumidor, DECO⁵⁰, a ambientalista Quercus, mas também os grupos de segurança rodoviária (por exemplo, Cidadãos Automobilizados). Este crescente papel tem surgido frequentemente desvinculado de ligações partidárias. A distância em relação aos partidos é sobretudo evidente nas questões ambientais, sendo o partido Os Verdes essencialmente um satélite do PCP⁵¹, com poucas ligações às organizações ambientalistas de cidadãos. Saber até que ponto as clivagens pós-materialistas são relevantes para os eleitores é, portanto, de extrema importância. Tal é particularmente verdade para eleitorados jovens e urbanos — por exemplo, o sucesso do Bloco de Esquerda nestes eleitorados tem sido interpretado como resultado de uma certa postura pós-materialista.

CENTRISMO DO ELEITORADO PORTUGUÊS

Existe uma forte possibilidade de que a preferência centrista do eleitorado português seja, em grande medida, um sinal de alheamento e de desinteresse pela política — um voto *marais*. É certamente plausível que tais eleitores expressem posições centristas quando interrogados numa sondagem. De facto, os dados apresentados por Cabral (2000a, p. 92) não contradizem tal hipótese: 43,2% dos que não tinham preferência partidária na sondagem de 1997 situavam-se a si próprios nos valores 5 ou 6 da escala ideológica, mais do que próximos do PS ou do PSD, e 56,3% de todos os que indicaram 5 na escala ideológica não tinham preferência partidária. Além disso, um inquérito conduzido em 1986 nas democracias do Sul da Europa indicou que os sentimentos de indiferença e desilusão para com a política eram mais elevados em Portugal, sendo partilhados por quase 70% dos inquiridos (contra 31% na Grécia, 47% na Espanha e 62% na Itália)⁵².

Além disso, a investigação de Cabral (1995, 2000a e 2000b) indica também um nível reduzido de cidadania política, particularmente nos segmentos populacionais com menor grau de instrução, informação e recursos materiais. Assim, o predomínio centrista que se vem verificando desde meados da década de 80 poderá ser um reflexo de um crescente eleitorado *marais*, com pouco envolvimento na política, que apoiou primeiro o PSD e depois o PS (e, anteriormente, Sá Carneiro e o PRD), devido a condições económicas e a percepções dos partidos, dos líderes partidários e da actuação dos governos. Os dados a nível individual e colectivo certamente não contradizem esta

⁵⁰ O número nominal de associados da DECO, de cerca de 250 000 em 2001, situa-a acima de qualquer dos partidos em número de membros (www.deco.proteste.pt/index.htm).

⁵¹ Cunha (1997, p. 26).

⁵² Bacalhau (1994, p. 85).

conclusão. Seja como for, é evidente a necessidade de mais pesquisa, de modo a podermos penetrar na «caixa negra» do voto centrista. Ainda que este eleitorado aparentemente centrista seja geralmente considerado decisivo para os padrões de formação e alternância dos governos desde meados dos anos 80, o certo é que pouco se conhece sobre a sua natureza.

Isto está também relacionado com questões de legitimidade e imagem pública das instituições e dos partidos políticos. Os sistemas partidários funcionam de forma a estruturarem o voto, orientando e condicionando desse modo a opção dos eleitores⁵³. Assim, o que importa esclarecer é em que medida os eleitores são (ou crêem ser) condicionados pelo formato dominante do sistema partidário nas suas preferências eleitorais, tendo em conta as muito generalizadas noções populares de que «os partidos são todos iguais» ou que «os políticos são todos iguais»⁵⁴.

A análise da orientação centrista requer também uma avaliação do impacto dos factores de curto prazo, particularmente os económicos, sobre as preferências eleitorais. Num contexto em que a identificação partidária é reduzida e os partidos do governo são essencialmente caracterizados pela sua natureza *catch-all* e maleável, o mais provável é que tais factores se revistam de particular relevância. Não há dúvidas de que os dados existentes tendem a confirmar a sua importância⁵⁵. As eleições legislativas de 2002 constituíram uma boa oportunidade para testar o impacto dos factores de curto prazo, particularmente de natureza política, dados os problemas que afectaram o governo socialista desde a sua reeleição em 1999.

O LADO DA OFERTA

Os partidos podem adaptar-se de modo a posicionarem-se e a manterem-se como actores-chave dentro de um sistema partidário e, assim, conquistarem preferências eleitorais. O estudo do impacto dos partidos sobre o comportamento eleitoral requer a análise do modo como as posições políticas dos partidos afectam o comportamento eleitoral. Mas implica também a análise do papel das personalidades e da política de personalidade, dado o reduzido nível de debate político nas campanhas eleitorais portuguesas, aspectos que examinaremos mais a fundo a seguir.

É particularmente relevante saber em que medida as percepções de um líder partidário moldam as percepções de um partido. Dentro de cada partido, o líder é, obviamente, visto como o elemento-chave para o sucesso ou fracasso do seu

⁵³ Sartori (1994); Mair (1997).

⁵⁴ Se bem que devamos lembrar que, embora os eleitores possam ser condicionados por um sistema partidário, até certo ponto isso é o resultado das escolhas do eleitorado.

⁵⁵ Costa Lobo (1995 e 1996).

partido. Esta caracterização é tão conveniente para as facções de oposição interna quando o líder partidário fracassa como o é para os líderes partidários quando triunfam. Mas é também plausível num contexto de fraco debate político e de partidos maleáveis, que podem ser mudados com as mudanças de liderança. O exemplo mais óbvio é o proporcionado pelo CDS-PP na década de 90, que, sob a liderança de Monteiro, passou por uma considerável reformulação programática, reflectida no novo nome do partido. Aparentemente, esta transformação valeu ao CDS-PP novos eleitorados, particularmente entre os jovens eleitores do litoral, às custas do eleitorado mais antigo do CDS, uma mudança parcialmente invertida durante a subsequente liderança de Portas⁵⁶.

O aprofundar da investigação ajudar-nos-ia a compreender a relação líder/partido e o seu impacto sobre a preferência eleitoral, podendo ainda clarificar a dinâmica e impacto dos líderes partidários que aparentemente gozam de maior popularidade do que os seus partidos (por exemplo, o CDS-PP sob a liderança tanto de Monteiro como de Portas⁵⁷), bem como os casos em que parece verificar-se a situação contrária (por exemplo, o PSD sob Durão Barroso durante a maior parte de 2000 e 2001), ou os casos em que um partido forte coexiste com um líder partidário relativamente apagado (particularmente o Partido Comunista).

DINÂMICA SUBNACIONAL

O impacto da dinâmica subnacional sobre o nível nacional permanece em grande medida inexplorado. Sabemos que o controlo do poder local é certamente um elemento importante na força organizacional dos partidos (Jalali, 2002). Se bem que a implantação local dos partidos varie de partido para partido e de região para região, o funcionamento dos partidos tem geralmente um impacto reduzido sobre a vida social. O poder local serve para compensar este fraco papel social, funcionando como uma correia de transmissão para os partidos. Assim, o nível partidário subnacional (tanto ao nível local como distrital) é vital para o apoio popular aos partidos: nas campanhas eleitorais, na organização de reuniões e comícios locais, mas também na angariação de fundos para as campanhas — que não é o menos importante nas eleições locais. Em contrapartida, as organizações partidárias locais preferem proteger os seus interesses locais a influenciar a orientação política do partido nacional⁵⁸.

⁵⁶ V. Robinson (1996) e Jalali (2002).

⁵⁷ Robinson (1996); Jalali (2002).

⁵⁸ Não pretendemos afirmar com isto que não existe conflito entre os níveis nacional e local. A fragilidade do equilíbrio revela-se frequentemente na selecção dos candidatos para as eleições nacionais e locais, nem sempre feita à *l'aimable*.

Menos claro é o modo como o poder local afecta a escolha eleitoral. Não há dúvidas de que o poder local proporciona uma importante visibilidade, particularmente aos partidos da oposição. Assim, as vitórias do Partido Socialista nas eleições locais de 1989, e particularmente de 1993, foram entendidas como o primeiro passo de uma transição nacional mais ampla. Similarmente, a vitória do PSD nas eleições locais de Dezembro de 2001 foi em grande medida entendida como o prenúncio da mudança de governo que se operaria nas eleições legislativas de Março de 2002. Além disso, há alguns exemplos de poder local que se traduzem em comportamento eleitoral legislativo. Assim, a eleição de um deputado do CDS-PP em 1999 no distrito de Viana do Castelo ao fim de catorze anos ficou a dever-se principalmente aos votos obtidos em Ponte de Lima, onde o primeiro candidato da lista do CDS-PP, Daniel Campelo, era também presidente da Câmara. Em 1999, a lista do CDS-PP para este distrito obteve mais de 40% dos seus votos no concelho de Ponte de Lima (8004 dos 19 239 votos no distrito), enquanto este concelho representa apenas 17% dos votantes do distrito. Em 1995, o CDS-PP tinha obtido apenas 17,7% dos seus votos no distrito em Ponte de Lima; e, comparando os resultados de 1995 e 1999, os votos adicionais em Ponte de Lima correspondem quase precisamente aos ganhos do partido no distrito (aumento de 3190 votos em Ponte de Lima e de 3001 votos no distrito). Em 2002, o CDS-PP perde um deputado, apesar de uma votação nacional superior, e perde-o precisamente em Viana de Castelo, onde já não podia contar com Daniel Campelo. Ao mesmo tempo, contudo, há uma percepção geral de que a diversidade dos contextos locais invalida a conversão dos padrões locais em padrões nacionais.

CANDIDATOS E SELECÇÃO DE CANDIDATOS

As considerações anteriores relacionam-se com o impacto dos candidatos e da selecção dos mesmos. As eleições legislativas de 1999 testemunharam um grande número de listas partidárias distritais encabeçadas por um presidente da câmara em funções⁵⁹, ao passo que anteriormente o cabeça de lista era geralmente uma figura do partido nacional. Isto poderá ser em parte um reflexo do crescente poder interno das figuras locais dentro dos partidos⁶⁰. Todavia, pode ser também reflexo da reacção dos partidos a um potencial

⁵⁹ Para o PS: Fernando Gomes pelo Porto, Mesquita Machado por Braga, Maria do Carmo Borges pela Guarda e Rui Solheiro por Viana do Castelo; para o PSD: Vieira de Carvalho pelo Porto, Santana Lopes por Coimbra, José Manuel Fernandes por Braga, Maria Isabel Soares por Faro, Francisco Araújo por Viana do Castelo e Manuel Martins por Vila Real; para o CDS: Daniel Campelo por Viana do Castelo.

⁶⁰ Como parece ser o caso na escolha do presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, como cabeça de lista pelo distrito de Braga («PS-Braga não quer Alberto Martins», in *Público online*, 15 de Janeiro de 2002).

impacto dos padrões locais sobre os nacionais, numa tentativa de capitalizarem a popularidade dos agentes locais, como foi o caso de Campelo em Viana do Castelo. O modo como os eleitores percebem este padrão e o grau pelo qual as suas preferências eleitorais podem ser afectadas pela selecção dos candidatos constituem um importante elemento para análise num contexto onde, como vimos, a identificação partidária é reduzida. O modo como os candidatos-presidentes de câmara são percebidos adquiriu ainda mais importância no seguimento do «caso Campelo», quando o presidente-deputado Daniel Campelo contrariou a posição do seu partido para aprovar os orçamentos governamentais de 2000 e 2001.

SEMIPRESIDENCIALISMO

A outra arena de segunda ordem⁶¹ da política portuguesa é o nível presidencial, que afecta potencialmente o comportamento eleitoral. Ao contrário da França da V República, o sistema partidário português não se presidencializou. Isto não significa, porém, que a influência do nível presidencial sobre o comportamento eleitoral não se revista de alguma importância. O sistema eleitoral presidencial tem tendido a impor uma dinâmica bipolar esquerda *versus* direita, pelo menos na volta decisiva⁶², que poderá muito bem traduzir-se nas eleições legislativas.

Esta dinâmica bipolar funciona claramente contra os partidos marginais de cada bloco. O facto tem sido particularmente evidente no caso da esquerda, em especial na segunda volta das eleições presidenciais de 1986, quando Cunhal se viu forçado a aconselhar os apoiantes do PCP a «engolirem o sapo» de um apoio a Soares, o seu rival do período revolucionário⁶³. Este foi o mais claro exemplo do permanente dilema do PCP nas eleições presidenciais, nomeadamente se deve apoiar um adversário ou recusar-se a fazê-lo e contribuir assim para uma maior probabilidade de uma vitória da direita. Esta dinâmica poderá bem ser transportada para a arena legislativa dominante.

É certo que, para o Partido Comunista, a vulnerabilidade do seu eleitorado ao «voto útil» (voto tático) socialista nas eleições presidenciais de 1986 revelar-se-ia um mau augúrio para o controlo do seu eleitorado. De facto, o declínio do Partido Comunista coincide no tempo com este período — antes das eleições presidenciais de 1986, o PCP e seus aliados alcançavam normalmente mais de 15% dos votos, registando uma média de 16,8% nas eleições legislativas⁶⁴. Desde então, o melhor resultado do PCP foi de 12,2% (em

⁶¹ Reif e Schmitt (1980).

⁶² Este padrão apresenta duas excepções parciais: as presidenciais de 1976 e de 1991.

⁶³ Para mais pormenores, v. Bruneau (1986), pp. 209-210.

⁶⁴ Com excepção das eleições de 1976, altura em que a percentagem de votos do PCP foi de 14,6%.

1987) e a média até 1999 é de apenas 9,7%, não obstante algumas mudanças favoráveis no sistema partidário, como o desaparecimento do PRD (se bem que, obviamente, contrabalançadas por mudanças desfavoráveis a nível inter-nacional).

VOTO TÁCTICO

Como já vimos, a natureza do sistema eleitoral português gera incentivos a um substancial voto tático nas diversas circunscções eleitorais mais pequenas cuja magnitude média é inferior a 5. Além disso, os grandes partidos centristas apelam insistentemente ao voto útil. Contudo, os resultados existentes não revelam um maior grau de voto tático nas circunscções mais pequenas nem qualquer padrão evidente em termos de desproporcionalidade distrital e de índice de número efectivo de partidos electivos (NEPE). De facto, o NEPE médio para o Porto é apenas o 11.º dos 18 distritos de Portugal continental e, registando apenas 3,26%, é inferior à média das circunscções altamente desproporcionais, não obstante o facto de ser o segundo maior distrito de Portugal⁶⁵.

Assim, é muito possível que, a existir, o voto tático ocorra a nível nacional, reflectindo a nacionalização do sistema partidário. De facto, o NEPE médio é consideravelmente mais baixo para o período entre 1987 e 1999 do que para o período entre 1975 e 1987. Este padrão é ainda mais perceptível se tivermos em conta a aliança eleitoral (AD) entre o CDS e o PSD nas eleições de 1979 e 1980, que reduz mecanicamente a medida do NEPE, já que estes dois partidos são computados como um só. O NEPE é ainda mais baixo nas eleições posteriores a 1987, apesar do facto de não se verificar nenhum tipo de grande coligação como a AD, o que reflecte o estreitamento do voto CDS e o contínuo declínio do voto comunista. Em qualquer caso, a natureza e propensão do voto tático do eleitorado português requer uma análise mais profunda, tendo em conta os crescentes apelos ao «voto útil» por parte do PSD e do PS.

CAMPANHA ELEITORAL

Em Portugal, as campanhas eleitorais são cada vez mais profissionalizadas e orientadas para o mercado. Ao nível da sua concepção, os partidos começam a procurar consultores de *marketing* profissionais, mas também ao nível do próprio trabalho de campanha o papel do militante partidário está a perder importância relativamente aos anos 70, com a excepção parcial do PCP (Jalali,

2002). Contudo, esta situação coexiste com formas tradicionais de campanha, como comícios e visitas a feiras e mercados.

A campanha das eleições legislativas de 1999 demonstrou a crescente inadequação de tais formas tradicionais. Como compreenderam os próprios funcionários e candidatos dos partidos, os benefícios da distribuição de sacos de plástico e restante parafernália são virtualmente nulos. No entanto, como fez notar um candidato, os partidos têm de continuar a visitar as feiras e a oferecer estes brindes para marcarem o território e mostrarem ao eleitorado — especialmente ao seu próprio eleitorado — que o partido existe (Jalali, 2002). Isto reflecte o fraco papel social dos partidos em Portugal — a interacção com o eleitorado é superficial e limitada aos períodos eleitorais⁶⁶.

Vale a pena destacar dois aspectos particulares da campanha em termos de comportamento eleitoral. O primeiro diz respeito à natureza da campanha. Em Portugal, as campanhas eleitorais são hoje largamente desprovidas de qualquer mensagem política substancial e marcadas por um nível de debate quase inexistente. O facto alimenta certamente os sentimentos populares de que os partidos e os políticos são todos iguais.

O segundo aspecto é o papel da televisão. Os partidos portugueses (como os dos outros países) vêm cada vez mais a televisão como a principal arena da campanha. O facto é evidente, por exemplo, na planificação dos comícios. Enquanto anteriormente se escolhiam espaços mais amplos, agora o espaço é muitas vezes deliberadamente limitado, de modo a passar a imagem de comícios superlotados e populares para cumprir propósitos (tele)visuais. Contudo, pouco se sabe sobre o modo como o eleitorado vê a campanha televisiva relativamente a outras formas de campanha.

PERCEPÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DOS PARTIDOS

Igualmente relevante é o modo como os eleitores vêem os partidos específicos e as suas mudanças. Referimos já um desses exemplos, nomeadamente o impacto sobre o eleitorado do CDS-PP das transformações que o partido conheceu nos anos 90. No presente contexto, o PCP representa um caso particularmente interessante.

Como nos restantes países da Europa de Leste comunista, as grandes divisões internas do Partido Comunista começaram inevitavelmente com o processo da *perestroika* na União Soviética e subsequente colapso dos regimes comunistas da Europa de Leste⁶⁷. Isto desencadeou uma tensão interna

⁶⁶ Gillespie e Gallagher (1989), p. 170.

⁶⁷ V. Patrício e Stoleroff (1994).

entre renovadores e ortodoxos, levando à demissão e expulsão de militantes proeminentes ao longo dos anos.

O modo como o eleitorado do PCP (e o eleitorado em geral) vê uma transformação potencial do partido é uma questão central que permanece por esclarecer. Se se afastar da sua mensagem política tradicional, o PCP poderá harmonizar-se com as novas realidades sociais portuguesas, mas correrá o risco de acelerar o processo de erosão do seu eleitorado, alienando o seu (cada vez mais reduzido) núcleo de fiéis. Assim, a posição do eleitorado do PCP é extremamente relevante, tal como os seus padrões eleitorais. Os eleitores comunistas desiludidos mudaram para outros partidos da esquerda ou engrossaram a massa de abstencionistas?

Além disso, faz sentido perguntar se uma transformação do PCP seria recompensada com um eleitorado mais amplo, particularmente o de esquerda — existirá um eleitorado potencial para um Partido Comunista «renovado»? Os partidos políticos não são instituições ahistóricas, e as divisões complexas da esquerda poderão não ser facilmente superadas por uma moderação do PCP. Além disso, igualmente crucial é o impacto de um possível acordo entre socialistas e comunistas sobre o eleitorado não alinhado. O PCP desempenhou um papel anti-sistémico durante grande parte do período pós-1974, e os reflexos desse papel poderão conduzir a uma perda de eleitores centristas por parte do PS caso seja consumada uma aliança com o PCP, mesmo que se trate de um PCP renovado.

CONCLUSÃO

Apesar de Portugal ser actualmente uma democracia consolidada, com uma experiência de democracia tão extensa como a da V República Francesa nos inícios dos anos 80 ou da Alemanha e da Itália do pós-guerra em finais dos anos 70, o comportamento eleitoral dos portugueses não foi ainda objecto de análise sistemática. Embora existam diversos estudos úteis sobre os fenómenos eleitorais portugueses, não é ainda possível comparar de modo consistente a experiência eleitoral portuguesa com a de outros países e de outros períodos.

O presente artigo teve um objectivo duplo. Em primeiro lugar, procurou sublinhar as conclusões existentes sobre o comportamento eleitoral em Portugal. Em segundo lugar, indicou caminhos para a investigação futura do comportamento eleitoral dos portugueses, destacando em particular aqueles que a investigação existente não conseguiu ainda clarificar (frequentemente devido à falta de dados). É, assim, fundamental uma maior sistematização no estudo do comportamento eleitoral português, bem como novos dados, que poderão pôr em destaque fenómenos novos ou não identificados até ao momento. Isto será não apenas benéfico para uma necessária continuidade do

processo de amadurecimento da democracia portuguesa, como permitirá também a introdução da experiência portuguesa nas análises comparativas entre diferentes países. Sendo Portugal uma democracia recentemente consolidada, a sua experiência eleitoral será uma adição muito significativa às experiências das democracias liberais mais antigas da Europa ocidental, constituindo desse modo um importante contributo para modelos e análises comparativos derivados dessas experiências⁶⁸. Mas será também útil para as subseqüentes democracias da terceira vaga, particularmente as democracias em consolidação da Europa central e de Leste, que parecem reproduzir padrões de um fraco enraizamento de clivagem dos partidos políticos.

BIBLIOGRAFIA

- ÁGH, Attila (1998), «The end of the beginning: the partial consolidation of East Central European parties and party systems», in Pennings e Lane (eds.), *Comparing Party System Change*, Londres, Routledge.
- BACALHAU, Mário (1989), «Mobilidade e transferência de voto através das sondagens», in M. Baptista Coelho (ed.), *Portugal: O Sistema Político e Constitucional, 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- BACALHAU, Mário (1994), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, ed. Mário Bacalhau e Thomas Bruneau.
- BACALHAU, Mário (1997), «The political party system in Portugal: public opinion surveys and election results», in T Bruneau (ed.), *Political Parties and Democracy in Portugal*, Boulder, Westview Press.
- BREDERODE SANTOS, M. Emília, e DIAS, Mariana (1993), «Bem-estar individual, relações interpessoais e participação social», in L. França (ed.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*, n.º 1, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- BRUNEAU, Thomas (1997), «Introduction», in T. Bruneau (ed.), *Political Parties and Democracy in Portugal*, Boulder, Westview Press.
- BRUNEAU, Thomas, e MACLEOD, Alex (1986), *Politics in Contemporary Portugal: Politics and the Consolidation of Democracy*, Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1995), «Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais», in *Análise Social*, vol. xxx, n.º 130.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1998), «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal», in *Análise Social*, vol. xxxiii, n.ºs 146-147.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2000a), «O exercício da cidadania política em Portugal», in *Análise Social*, vol. xxxv, n.ºs 154-155.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2000b), «O exercício da cidadania política em Portugal», in M. Cabral, J. Vala e J. Freire (eds.), *Atitudes Sociais dos Portugueses*, 1, *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2001), «Prática religiosa e atitudes sociais dos portugueses numa perspectiva comparada», in J. Machado Pais et al. (eds.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Religião e Bioética*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

⁶⁸ Mainwaring (1999), p. 3.

- CABRAL, Manuel Villaverde, VALA, Jorge, FREIRE, João, e RAMOS, Alice (1998), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Base de Dados 1997, Orientações perante o Trabalho*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CABRAL, Manuel Villaverde, VALA, Jorge, PAIS, José Machado, e RAMOS, Alice (2000), *Atitudes e Práticas Religiosas dos Portugueses — Atitudes Sociais dos Portugueses, Base de Dados 2*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CHARLOT, Jean (1971), *Les partis politiques*, Paris, Librairie Armand Colin.
- CORKILL, David (1993), *The Portuguese Economy since 1974*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- CORKILL, David (1999), *The Development of the Portuguese Economy: a Case of Europeanisation*, Londres, Routledge.
- COSTA LOBO, Marina (1995), «The Portuguese party system: an analysis of developments in light of economic change (1976-1991)» (M.Phil. thesis).
- COSTA LOBO, Marina (1996), «A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)», in *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 139.
- CUNHA, Carlos (1997), «The Portuguese Communist Party», in T. Bruneau (ed.), *Political Parties and Democracy in Portugal*, Boulder, Westview Press.
- DALTON, Russell (1988), *Citizen Politics in Western Democracies: Public Opinion and Political Parties in the United States, Great Britain, Germany and France*, Nova Jérsea, Chatham House.
- DALTON, Russell (1996), «Political cleavages, issues and electoral change», in L. LeDuc, R. Niemi e P. Norris (eds.), *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, Londres, Sage Publications.
- DEUTSCH, Emeric, LINDON, Denis, e WEIL, Pierre (1966), *Les familles politiques aujourd'hui en France*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- DUVERGER, Maurice, (1954) *Political Parties: Their Organisation and Activity in the Modern State*, Londres, Methuen Press.
- DUVERGER, Maurice (1980), «A new political system model: semi-presidential government», in *European Journal of Political Research*, vol. 8, n.º 2.
- ELGIE, Robert (1999), «The politics of semi-presidentialism» in R. Elgie (ed.), *Semi-presidentialism in Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- EPSTEIN, Leon (1967), *Political Parties in Western Democracies*, Londres, Pall Mall.
- FREIRE, André (2000), «Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995», in *Análise Social*, vol. XXXV, n.ºs 154-155.
- FREIRE, André (2001a), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta Editora.
- FREIRE, André (2001b), «Religião e política em Portugal, Irlanda e Noruega», in Manuel Villaverde Cabral, J. M. Pais e J. Vala (eds.), *Religião e Bioética*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, André (2003a), «Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada», in J. Vala, M. Villaverde Cabral e Alice Ramos (eds.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, André (2003b), «Posições sociais, atitudes políticas e percepções de justiça: impactos na participação em cinco actos eleitorais, 1995-1997», in M. Villaverde Cabral, J. Vala e André Freire (eds.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, «Atitudes Sociais dos Portugueses», Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais (no prelo).
- FREIRE, André, e BAUM, Michael (2001), «Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização», in *Análise Social*, vol. XXXVI, n.ºs 158-159.
- GALLAGHER, Michael, LAVER, Michael, e MAIR, Peter (1992), *Representative Government in Western Europe*, Nova Iorque, McGraw Hill, Inc.

- GASPAR, Jorge, e VITORINO, Nuno (1976) *As Eleições de 25 de Abril: Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GASPAR, Jorge (ed.) (1981), *Portugal em Mapas e Números*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GASPAR, Jorge, ANDRÉ, Isabel, e HONÓRIO, Fernando (1984), *As Eleições para a Assembleia da República 1979-1983: Estudo de Geografia Eleitoral*, Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.
- GASPAR, Jorge, e ANDRÉ, Isabel (1989), «Portugal – geografia eleitoral: 1975 e 1987», in Baptista Coelho (ed.), *Portugal: O Sistema Político e Constitucional, 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- GASPAR, Jorge, e ANDRÉ, Isabel (1989), «Portugal – geografia eleitoral: 1975 e 1987», in Baptista Coelho (ed.), *Portugal: O Sistema Político e Constitucional, 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- GILLESPIE, Richard, e GALLAGHER, Tom (1989), «Democracy and authority in the socialist parties of Southern Europe», in T. Gallagher e A. Williams (eds.), *Southern European Socialism*, Manchester, Manchester University Press.
- GOLDEY, David (1987), «Notes on the Portuguese general election of October 1985 and presidential election of 26 January-16 February 1986», in *Electoral Studies*, vol. 6, n.º 1.
- GOLDEY, David (1992), «The Portuguese elections of 1987 and 1991 and presidential elections of 1991», in *Electoral Studies*, vol. 11, n.º 2.
- GUNTER, Richard, SANI, Giacomo, e SHABAD, Goldie (1988), *Spain after Franco: the Making of a Competitive Party System*, Berkeley, University of California Press.
- INGLEHART, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press.
- JALALI, Varqá Carlos (2002), «The evolution of the Portuguese party system since 1974 in a comparative European perspective», draft D.Phil thesis, Oxford University.
- KATZ, Richard, e MAIR, Peter (eds.) (1994), *How Parties Organise: Change and Adaptation in Party Organisations in Western Democracies*, Londres, Sage.
- KING, Gary (1997), *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*, Princeton, Princeton University Press.
- KOOLE, Ruud (1994), «The vulnerability of the modern cadre party in the Netherlands», in R. Katz e P. Mair (eds.), *How Parties Organise: Change and Adaptation in Party Organisations in western Democracies*, Londres, Sage.
- LIPHART, Arend (1994), *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*, Oxford, Oxford University Press.
- MAGALHÃES, Pedro Coutinho (2001), «Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999», in *Análise Social*, vol. xxxv, n.º 157.
- MAINWARING, Scott (1999), *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the Case of Brazil*, Stanford, Stanford University Press.
- MAIR, Peter (1997), *Party System Change: Approaches and Interpretations*, Oxford, Clarendon Press.
- MANALVO, Nuno (2001), *PSD: A Marca dos Líderes*, Lisboa, Editorial Notícias.
- MARTINS, Hermínio (1971), «Portugal», in M. Archer e S. Giner (eds.), *Contemporary Europe: Class, Status and Power*, Londres, Weidenfeld & Nicholson.
- MATEUS, Abel (1998), *Economia Portuguesa desde 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo.
- MORAIS, Isaltino, FERREIRA DE ALMEIDA, José Mário, e PINTO, Ricardo Leite (1984), *O Sistema de Governo Semipresidencial: O Caso Português*, Lisboa, Editorial Notícias.
- MORLINO, Leonardo (1998), *Democracy between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- NATAF, Daniel (1995), *Democratization and Social Settlements: the Politics of Change in Contemporary Portugal*, Albany, State University of New York Press.
- OSTROGORSKI, Moisei (1902a), *Democracy and the Organization of Political Parties*, vol. 1, Londres, MacMillan.

- OSTROGORSKI, Moisei (1902b), *Democracy and the Organization of Political Parties*, vol. 2, Londres, MacMillan.
- PANEBIANCO, Angelo (1988), *Political Parties: Organisation and Power*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PATRÍCIO, Maria Teresa, e STOLEROFF, Alan David (1994), «The Portuguese Communist Party: *perestroika* and its aftermath», in M. Bull e P. Heywood (eds.), *West European Communist Parties and the Revolutions of 1989*, Londres, MacMillan Press.
- REIS, Luísa Braula, e DIAS, Margarida (1993), «Grupos e valores de referência sócio-políticos», in L. França (ed.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*, n.º 1, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ROBINSON, Richard (1996), «Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa», in *Análise Social*, vol. xxxi, n.º 138.
- ROBINSON, William S. (1950), «Ecological correlations and the behavior of individuals», in *American Sociological Review*, vol. 15, pp. 351-357.
- RAE, Douglas (1971), *The Political Consequences of Electoral Laws*, ed. rev., New Haven, Yale University Press.
- REIF, Karlheinz, e SCHMITT, Hermann (1980), «Nine second-order national elections — a conceptual framework for the analysis of European election results», in *European Journal of Political Research*, vol. 8, n.º 1.
- SALGADO DE MATOS, Luís (1983), «Significado e consequências da eleição do presidente por sufrágio universal — o caso português», in *Análise Social*, vol. xix, n.º 76.
- SALGADO DE MATOS, Luís (1986), «L'expérience portugaise», in M. Duverger (ed.), *Les régimes semi-présidentiels*, Paris, Presses Universitaires de France.
- SARTORI, Giovanni (1968), «Political development and political engineering», in *Public Policy*, vol. xvii, pp. 261-298.
- SARTORI, Giovanni (1997), *Comparative Constitutional Engineering: an Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*, Basingstoke, Macmillan.
- SCHMITTER, Philippe (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SHUGART, Mathew S., e CAREY, John (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SOARES, Francisco, e CAVACO, Victor (1998), «As eleições que oficialmente nunca existiram — análise dos resultados», in I. Delgado *et al.* (eds.), *Humberto Delgado: As Eleições de 58*, Lisboa, Vega.
- SOARES, Francisco, e EVARISTO, Teresa (2000), «Recenseamento eleitoral: disfuncionamentos e novas perspectivas», in *Análise Social*, vol. xxxv, n.ºs 154-155.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.
- STOCK, Maria José (1989), «O centrismo político e os partidos do poder em Portugal», in M. Baptista Coelho (ed.), *Portugal: O Sistema Político e Constitucional, 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- VALA, Jorge (1993), «Valores socio-políticos», in L. França (ed.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*, n.º 1, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Traduzido por Rui Cabral